

Ouro - “Dêem-me ouro e dominarei o mundo”, poderia dizer o mais insignificante dos homens – estaria a afirmar uma verdade sem réplica.

E com mais alguns ingredientes bem abundantes na raça humana, logo ali nasceria mais um Alexandre, um Gengis Cão, um Julio César ou Napoleão, dependendo da quantidade de ouro e da maneira como estaria distribuído, do equilíbrio ou desequilíbrio da sua distribuição.

Ao nível das nações e das relações entre si, se as quantidades ou as reservas de ouro se mantêm distribuídas e conhecidas de uma forma mais ou menos generalizada, e sem grandes variações no decorrer de um período mais ou menos longo, então o equilíbrio de poderes é manifesto, e as alianças surgem e mantêm-se para preservar aquele estado de coisas, o *status quo*, a bem de uma actividade económica regular. Assiste-se durante o período ao desenvolvimento de toda uma actividade sustentada e pragmática. O poder está distribuído e a sua influência é tacitamente aceite - a época diz-se, é de paz e de progresso.

Porém, se em algum momento se rompe esse equilíbrio, tal acontece numa 1ª fase, por via da deslocação do poder, através das armas (o mais frequente), pela conquista de territórios e apropriação de recursos.

Numa 2ª fase, o alargamento e a consolidação desse poder terá sempre a ver com o alargamento e consolidação da base económica e financeira, relativamente às outras potências, adversários e concorrentes naturais, pois a nova relação de forças, a nova ordem, não resulta de acordo tácito, terá de ser imposta.

Numa análise *a posteriori*, ouro e poder, poder e ouro, são e serão sempre causa e efeito, motivo e resultante, tudo o resto não passa de meros pretextos para obter aquele(s) fim(s).

Ouro. Para a sua obtenção, vale tudo, até o motivo mais fútil ou a hipoteca do mais nobre dos sentimentos. Até a salvação das almas. Com ouro, tudo se compra e tudo se vende. Com ouro se vergam vontades e compram consciências. Também se compram armas e alimentam exércitos, para os casos mais renitentes. De facto, é o bem mais apetecido desde tempos imemoriais. Por causa dele ou daquilo que ele simboliza se travaram quase todas as guerras, com o desfile habitual de vítimas.

No caso do período em apreço, sécs. XV e XVI, é de salientar a ocorrência de ouro com relativa abundância no espaço progressivamente ocupado pelos Portugueses, para começar no norte de África, levado do interior – talvez de Tombuktu – para a costa a dorso de camelo, pelas populações berberes e mercadores árabes.

Com o intuito de se apropriar desse tráfico, atacando em simultâneo o poderio económico dos muçulmanos, urgia desviá-lo das rotas habituais.

Os reis portugueses procuraram numa primeira fase, ocupar os portos do norte de África por onde se exercia esse tráfico. Depois, perante o afastamento dessas rotas em resultado das conquistas, procuraram rodear o *Marrocos*, cercá-lo por trás, o que também se verificou não ser possível, face às dificuldades de toda a ordem – a dimensão do território, a hostilidade das gentes, a natureza das condições climáticas.

A solução encontrada foi de compromisso – D. João II, em mais uma prova de clarividência, ao mandar construir o forte de S. Jorge da Mina, não mais teimou em combater ou conquistar o ouro aos mouros, antes criou condições para aliciar, chamar a si, desviar os produtores de ouro dos mercadores árabes ou berberes, isolados em caravanas no meio do deserto, oferecendo melhores condições comerciais, tanto

em acessibilidade, como comodidade, diligência e variedade na moeda de troca, para além da necessária consistência militar, na defesa desse negócio, dos entrepostos e dos navios.

O envio de Pêro da Covilhã e Afonso de Paiva, de par com a procura de informações tendentes a facilitar a chegada à Índia, insere-se na mesma estratégia global.

Ao procurar o mítico reino cristão do Preste João, o nosso rei está apenas a ser coerente – o *Turco*, cabeça e rosto do poder de Mafamede, após ter conquistado Constantinopla em 1453 e acabado de vez com os *restos* do Império Romano do Oriente, ou Bizantino como se chamava na altura, estava às portas duma Europa alarmada. O Prestes João, a existir, seria uma preciosa ajuda no ataque e cerco ao Islão.

Constava igualmente que o Preste João era herdeiro directo do fabuloso rei Salomão e da rainha do Sabá.

Acresce que este rei cristão seria o detentor das fabulosas minas do rei Salomão, o mítico Ofir do ouro e das pedras preciosas, o que mais tarde não se confirmou. Tais minas, a existirem seria no interior de Sofala, ou mais para sul, lá para o reino do Monomotapa – em tal consistia também a missão dos emissários de D. João II, não só colher informações sobre a Índia mas também descobrir um reino cujo soberano seria cristão, detentor de minas de ouro, e com ele travar a guerra santa contra o Islão.

Foi com D. Manuel e conseqüente estabelecimento dos Portugueses à volta do oceano Índico, que se começou a procura do ouro do Monomotapa que vinha dar à costa nas cidades e entrepostos do sudeste de África, sensivelmente na região que ocupa hoje Moçambique.

Também ele serviu para cunhar moeda do Reino de Portugal e ajudar a impor a nossa presença naqueles mares durante mais de cem anos. Desnecessário será dizer que quem tinha a moeda mais forte (e essa era sem dúvida a moeda em ouro), merecia tratamento VIP e preferência em todo o trato, fosse ele de natureza diplomática, militar, comercial ou simplesmente de prestígio, junto das mais variadas sociedades da época.

Um indiano, paquistão, cafre ou persa escolhia ter por amigo um português, de preferência influente, ou talvez não; a tê-lo como inimigo, só nos casos mais extremos, de conflito iminente de interesses. Ou de luta pela sobrevivência.

Ainda hoje os Portugueses são queridos e respeitados pelo que contam deles as tradições orais e escritas, mais do que pela História oficial.

Na 2ª metade de Quinhentos, em resultado da intensificação das relações comerciais dos Portugueses com o Japão e a China, assistiu-se a um crescendo das trocas de ouro chinês pela prata japonesa, muito bem cotada na China, pela grande carência que dela havia.

Ainda estava para vir, muito mais tarde, a autêntica torrente de ouro do Brasil, que em pouco ou nada aproveitou aos Portugueses, à excepção do convento de Mafra e outros gastos sumptuosos, antes se lhes escorreu por entre os dedos, em direcção dos cofres ingleses, que dele fizeram bom proveito.

Quanto a Mafra, é este convento o paradigma da alquimia e da pedra filosofal, ciência da Idade Média, que pretendia descobrir a panaceia para todos os males, inclusive a transformação de qualquer metal em ouro. A religiosidade do nosso rei João V, (cognominado “Rei Fidelíssimo”, depois da *nossa* vitória na batalha de Matapão, frente aos turcos, defendendo a causa papal), mais do que outros seus antecessores,

conseguiu transformar uma boa parte do ouro que nos chegava do Brasil, em boa pedra lavrada, saciando assim o nosso povo alguma fome de espiritualidade.

Tal era o sentimento de autêntica cruzada, de que estavam imbuídos os nossos reis, desde D.João I e a sua conquista de Ceuta, passando por D.Afonso V, o Africano, candidato ao reino de Espanha e a cruzado na Terra Santa, D.João II e a sua visão metódica de domínio universal, D. Manuel I que concretizou em parte esse desígnio, D.João III e a purificação da alma pelo fogo, passando por D.Sebastião, corolário do irreal, para terminar em D.João V, Fidelíssimo segundo uns, Magnânimo segundo outros.

Todos os nossos reis, não apenas em alguns momentos, mas de forma contínua e plenamente convicta, partilharam um sonho, perante a Europa e a Igreja de Roma, agora contestada mesmo dentro de portas, pelos auto-proclamados reformistas - que o soberano de Portugal fosse o **fiel e zelador exemplo da ortodoxia da Igreja Católica Apostólica Romana**, à excepção de qualquer outra.

Tal era a ambição de cada um dos nossos soberanos (e não só daqueles citados) – uma espécie de Rei dos reis, dilecto sucessor de David e de Salomão, Imperador dos imperadores numa espécie de magistério à escala universal.

Decididamente, isso só seria possível com muito, muito ouro...

E se alguma vez alguém poderia se arrogar algum direito ao exercício do magistério universal, esse alguém só poderia ser um soberano de Portugal, isto por variadas razões, das quais importa destacar três principais.

A 1ª razão é a de que o reino de Portugal, através dos seus navegadores, foi o primeiro entre todas as nações, a conferir ao mundo a sua verdadeira dimensão, descobrindo e interligando todas as suas partes. Pela primeira vez, um povo do mundo poderia aspirar a algum tipo de magistério, não local, nem regional, nem tão-pouco continental, como outros o tinham pretendido antes, mas universal, no sentido geográfico do termo.

A 2ª razão é a de que não há memória na História da Humanidade ter existido outro povo, outra nação, com tantas e sucessivas fontes auríferas, em quantidade e ao longo de tantos anos – 1º no norte de África, 2º em S.Jorge da Mina, no golfo da Guiné, 3º, na costa oriental de África, 4º, nos mares da China, 5º, nas Minas Gerais do Brasil.

Novas rotas, novas terras, as Descobertas a isso levaram, ao domínio de verdadeiros mananciais de ouro, pela quantidade e pela constância, não devidamente protegidos uns, apenas desconhecidos outros, situação inédita que desequilibrou todos os poderes estabelecidos, tanto na Europa (Castela nunca teve acesso a grandes quantidades de ouro, mas sim de prata) como em África ou na Ásia.

A 3ª razão é a de que não há conhecimento de ter existido em parte alguma do universo do nosso planeta, um povo tão pacífico, tão ingénuo, tão crente e tão submisso ao que é temporal ou religioso. Com um povo assim, não foi por falta de liberdade de movimentos que os nossos governantes não foram mais além. Seguramente.

No passado como no presente - escasso é ele, o ouro, determinante a sua posse.

E com tantas oportunidades perdidas, perante novas encruzilhadas da História, apetece perguntar: e agora?